

GEOGRAFIA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS¹

Ariovaldo Umbelino de OLIVEIRA

Professor Livre-Docente – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP – Deptº. Geografia

Inicialmente é importante destacar que o exercício da profissão de geógrafo está entre as atividades da chamada área das Ciências Humanas. Por outro lado, nós, geógrafos, temos uma especificidade porque trabalhamos também com as questões que envolvem a natureza, ou seja, a relação natureza e história. Os geógrafos encontraram várias formas de mostrar essa relação que passa por uma opção de vida de cada um.

Quando vamos procurar um curso universitário, temos um conjunto de objetivos, e o período que passamos pela universidade muda a vida da gente. Eu posso dizer que, em parte, a minha vida mudou depois que eu entrei na universidade. A maioria dos jovens sabe que os anos de 1967 a 1970 foram anos de chumbo na nossa sociedade, pois foram anos de agitação no meio estudantil. E eu fiz parte dessa geração, pude lutar contra a ditadura militar e lutar para que a universidade pudesse ser uma universidade mais aberta, democrática, em que princípios como liberdade, autonomia e compromisso social pudessem fazer parte do nosso cotidiano.

Quero nesse exercício estabelecer uma relação entre a discussão de caráter teórico e aquilo que existe no mundo real e que trago para sala de aula via mapas, dados estatísticos, textos, etc. Sempre procurei levar meus alunos para que eles pudessem testemunhar ocularmente, visitando áreas deste país e alguns já conseguiram conhecer o Acre, Bolívia, Rondônia, Pará, Mato Grosso, Tocantins, Goiás... Enfim, eu sempre tirei os alunos da sala de aula e por isso a temática que vou tratar deve mexer com as pessoas.

O forte vínculo que tenho com os movimentos sociais, conforme disse o Fabrini, vem antes mesmo de o MST surgir, pois eu já dava aula de formação política para eles. Nestas aulas se discutia a agricultura e o campo, e um pouco disso vou comentar aqui. Porém, antes quero registrar a minha posição em relação à visão que tenho da Geografia, pois correntes importantes discutem a questão do espaço, como é caso de intelectuais do porte de Milton Santos, Ruy Moreira e outros. Quero deixar claro que não faço parte dos geógrafos que vêem no espaço a problemática central do estudo da Geografia. A teoria do espaço da Geografia é uma das possibilidades e evidentemente eu não sou contra quem vai por esse caminho, mas não escolhi esse caminho para trilhar. Penso que a Geografia é a ciência que deve ter no centro das suas preocupações o território. É essa visão de território que eu quero destacar.

Na minha concepção de território parto de que este deve ser apreendido como síntese contraditória. Isto quer dizer, como totalidade concreta do processo do modo de produção, distribuição, circulação e consumo, ou seja, suas articulações, mediações supra-estruturais, políticas e ideológicas, simbólicas, em que o Estado desempenha um papel de regulação. O território é assim o produto concreto das lutas de classe travadas pela sociedade no processo de produção de sua existência. Eu vou me fixar nesta frase, pois as relações na sociedade de classes são tensas, conflituosas e as classes opostas, ou setores de uma mesma classe, entram em conflito direto.

Por exemplo, quando os movimentos sociais ocupam uma propriedade privada, eles estão fazendo exatamente isso, ou seja, eles estão se confrontando com outra classe que são as classes dos proprietários de terra. Então esta é a idéia que não deve ser abandonada, pois é através das lutas sociais que a sociedade se desenvolve, logo é evidente que as situações de conflito estão presentes na sociedade.

Recentemente um deputado federal pelo PSDB de São Paulo, Chico Graziano escreveu um artigo no jornal o Estado de São Paulo onde compara o MST ao PCC (Primeiro Comando da Capital). Ele compara o MST com o fato que chocou o país, em que os bandidos colocaram a polícia e toda a população de São Paulo para correr. Ele inverte tudo e tenta enfiar na cabeça da sociedade que não há diferença entre quem está em conflito na sociedade hoje. No fundo, ele pretendeu dizer que todos aqueles que lutam e que fazem qualquer enfrentamento são bandidos, como todos aqueles que se mobilizaram em São Paulo.

Então, a luta de classes como centro do desenvolvimento da história, é um princípio teórico que me utilizo para fazer a análise da realidade social. Esta luta de classe se manifesta do ponto de vista do controle efetivo do território, ou seja, quando aqueles que trabalham não têm terra e são obrigados a migrar para fronteiras, Amazônia, por exemplo, ou ainda para as cidades; lá chegando também não vai ter terra. Isso ocorre porque a Lei de Terras de 1850 no instituto da propriedade privada no Brasil impede o acesso a terra. É neste sentido que eu trabalho a idéia de território, pois as classes sociais se apropriam desse território nas suas mais diferentes composições, quer na área rural quer na área urbana.

O desejo dos capitalistas é que os trabalhadores não tenham lugar nenhum, porque assim eles não têm onde conversar, onde se organizar e começar a fazer os enfrentamentos. Assim, a luta dos movimentos sociais pelo acesso a terra, além de primeiro ser uma luta pelo direito, pois os que lutam por um pedaço de terra e pela reforma agrária lutam por um direito constitucional. Não estão reivindicando uma coisa que não tem base legal. Isso quer dizer que no Brasil, pela constituição e pelas leis brasileiras, a terra não é uma propriedade, a propriedade privada não é um bem intocável como muitos políticos, inclusive do Estado do Paraná, como este de sobrenome Lupion, dizem nos canais de televisão deste país.

Portanto, a propriedade privada da terra, se ela não cumprir a função social, ela deve ser desapropriada para fins de distribuição. Isto está na Constituição brasileira e precisa entrar na cabeça da gente. E ainda, a função social não é cumprida somente quando a terra é improdutiva. A função social da terra também não é cumprida quando o empregador da área rural não cumpre a legislação trabalhista e assim a terra também deve ser desapropriada.

No Estado de São Paulo, no ano 2005, na área da cana, que todo mundo acha que é uma maravilha, região de Ribeirão Preto, que agora não é mais a capital do café e sim capital do agronegócio. Lá, 12 cortadores de cana-de-açúcar (bóia-fria) morreram por trabalho extenuante. Isto quer dizer o seguinte: trabalharam mais do que o organismo humano tem capacidade. Morreram de trabalhar. É evidente que as usinas onde isto aconteceu, tinham que ter suas terras desapropriadas para fins da reforma agrária porque estes usineiros não cumprem a legislação trabalhista.

A desapropriação deve acontecer também com aqueles que desrespeitam o meio ambiente. Existe até órgão próprio para cuidar do meio ambiente, o IBAMA. Veja-se o caso do IBAMA do Paraná que é capaz de ignorar a transgressão ao meio ambiente e pede a reintegração de posse do Parque do Iguazu, quando índios Guaranis, que sempre tiveram no Parque parte do seu território. Para lá mudam porque a Itaipu Binacional não lhes deu a terra que a água da represa inundou. Felizmente, tem sempre em algum lugar alguém estudando o que está acontecendo, pois há uma antropóloga que está fazendo uma tese de doutorado que prova que o Parque Nacional do Iguazu é parte do território dos índios Guarani e a eles deve ser destinado. Portanto, o meio ambiente tem que ser preservado para a sociedade, para os humanos e não exclusivamente para os bichinhos como muitos biólogos e ecólogos entendem.

Então, esse território, essa disputa pelo território é que forma parte da razão de ser da nossa sociedade. Por isso, ninguém pode encher a boca e falar: “mas a propriedade é minha”. Calma lá. Ela está submetida ao controle social. E os movimentos sociais, no meu entendimento, nasceram exatamente do fato de que nossa sociedade não cumpre a Lei. Aqueles que se cansaram de esperar pela reforma agrária, pois a lei não era cumprida, trataram de ir à luta. Por causa da luta deles que um pouquinho de Reforma Agrária se faz neste Brasil.

Não há governo nenhum, nem o de Lula, que tenha feito ações por livre determinação. A Reforma Agrária no Brasil só existirá porque a ação social de luta pela terra existe e não porque o governo Lula fez um plano (II Plano Nacional de Reforma Agrária), como o que participei em 2003, na equipe do Plínio de Arruda Sampaio. Achava que o governo Lula ia fazer a reforma agrária e isso vou mostrar pra vocês com os dados que ela não ocorre.

A luta pela reforma agrária, embora seja uma luta por direitos como destacado anteriormente, é uma luta que vai se identificar com a formação do campesinato brasileiro. No Brasil, determinados autores escrevem ou falam: “Ah, no Brasil, na década de setenta teve um forte êxodo rural e as pessoas perderam as

suas terras e foram para a cidade”. Mas, como é que perderam se eles nunca tiveram terra? Na realidade, o que ocorreu muito na década de 1960/70 foram transformações nas relações de trabalho em que muitos parceiros, meeiros deixaram o campo e migraram para a Amazônia ou para a cidade.

Na realidade, a história do Brasil, com relação à formação do campesinato passa pela Lei de Terras de 1850. Isso quer dizer, foi bloqueada a possibilidade do acesso a terra por parte dos escravos em vista da possibilidade de sua libertação (o Brasil foi o último país a abolir a escravidão no mundo). Também é importante dizer que os escravos, em função da Lei de Terras que versava no primeiro artigo que a terra tem seu condicionante por compra e venda em dinheiro, jamais teriam possibilidade de acesso a essa terra.

Essa concepção legalista que não permite o acesso a terra criminaliza o direito de reclamar. Esta atitude de tomar as terras iniciou contra os povos indígenas que ocupavam todo o Brasil. Essa região toda que vai do Paraguai, passando pelo Uruguai; Estados do sul e até São Paulo era área do território Guarani e é evidente que este território foi tomado. O segundo direito negado cabe ao povo negro. Mas, felizmente pela Constituição de 1988, coube aos remanescentes de quilombo o direito a terra. Então, pela ordem, primeiro os índios, depois os negros, depois a nossa sociedade que se diz branca. Assim, toda história do Brasil do ponto de vista agrário é uma luta pelo controle do território, ou seja, uma luta pelo controle por quem vai se apropriar das terras. Por isso, o conceito de território é mais amplo e aquele que adoto.

A questão do território e controle da terra está relacionada à concentração fundiária. Seguramente já se ouviu falar: “Poucos têm muita terra e muitos têm pouca terra”. É evidente que essa estrutura fundiária não corresponde a uma sociedade democrática. Os dados do INCRA que nós temos disponíveis de 2003 sobre a distribuição das terras no Brasil são um importante indicativo:

INCRA - Estrutura Fundiária Brasileira, 2.003

Grupos de área total (ha)	imóveis	% dos imóveis	área total (ha)	% de área	área média (ha)
Menos de 10	1.338.711	31,6%	7.616.113	1,8%	5,7
De 10 a -25	1.102.999	26,0%	18.985.889	4,5%	17,2
De 25 a -50	684.237	16,1%	24.141.638	5,7%	35,3
De 50 a -100	485.482	11,5%	33.630.240	8,0%	69,3
De 100 a -200	284.536	6,7%	38.574.392	9,1%	135,6
De 200 a -500	198.141	4,7%	61.742.808	14,7%	311,6
De 500 a -1.000	75.158	1,8%	52.191.003	12,4%	694,4
De 1.000 a -2.000	36.859	0,9%	50.932.790	12,1%	1.381,8
De 2.000 a -5.000	25.417	0,6%	76.466.668	18,2%	3.008,5
5.000 e Mais	6.847	0,1%	56.164.841	13,5%	8.202,8
Total	4.238.421	100,0 %	420.345.382	100,0%	

Fonte: INCRA – situação em agosto de 2003 in II PNRA, Brasília, 2003

continua...

... continuação

INCRA - Síntese da Estrutura Fundiária - 2.003

Grupos de área total		Nº de Imóveis	%	Área em HA	%	Área Média (ha)
Pequena	Menos de 200 ha	3.895.968	91,9	122.948.252	29,2	31,6
Média	200 a menos de 2.000 ha	310.158	7,3	164.765.509	39,2	531,2
Grande	2.000 ha e mais	32.264	0,8	132.631.509	31,6	4.110,8
TOTAL		4.238.421	100,0	420.345.382	100,0	99,2

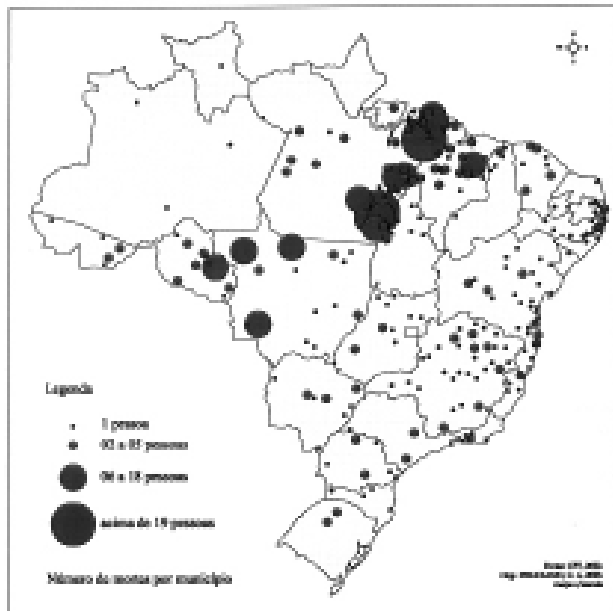
Fonte: INCRA. Org.: OLIVEIRA, A.U.

Existem, segundo o cadastro do INCRA, 6.847 imóveis com mais de 5.000 ha. Eles ocupam 56 milhões de hectares. Isto quer dizer, uma área média de 8.200 hectares. Se a gente somar as 27 maiores propriedades rurais no Brasil, teremos uma área igual ao Estado do Paraná. Imagine o Estado do Paraná dividido em 27 proprietários!

Se somarmos as trezentas maiores propriedades dá uma superfície igual ao Paraná e a São Paulo. Isso quer dizer o seguinte: a terra no Brasil foi apropriada privadamente não com fins produtivos, porque não dá para pensar que alguém se apropria de uma área com essa dimensão e coloca essa terra pra produzir. Então, a terra no Brasil, a propriedade privada da terra, é um equivalente que garante ao seu proprietário se enriquecer sem colocá-la para produzir. Nós encontramos quando da elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária no INCRA 120 milhões de hectares de grandes propriedades improdutivas.

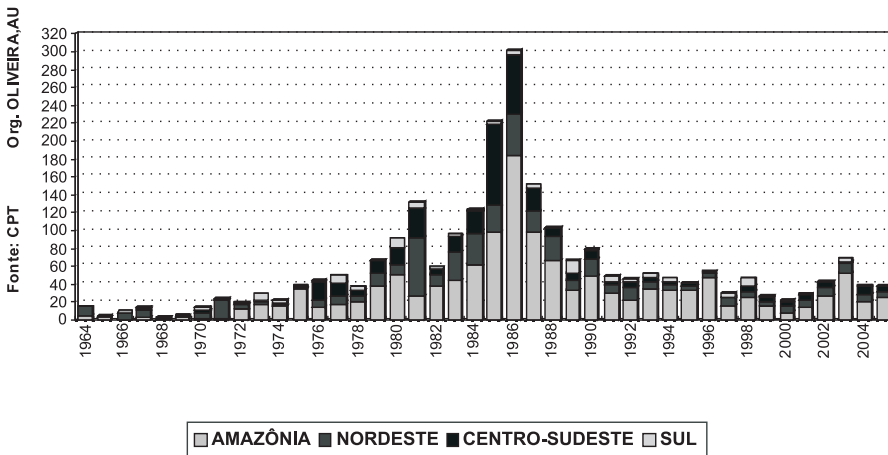
O outro lado desta história da terra concentrada é a luta desenfreada dos que não têm terra e resulta no que denominamos de barbárie. Se nós tomarmos o número de pessoas que morreram em conflito de terra no Brasil, ele é muito grande. Isso quer dizer que a violência é a forma pelas quais os proprietários de terra tratam aqueles que lutam para ter acesso a um pedaço de chão. A violência é o contraponto deste quadro.

**Mortes por conflitos no campo
Brasil - 1985 a 1989**



O gráfico a seguir indica a evolução dos mortos pela violência no campo. Verifica-se no gráfico a seguir com dados 1964 a 2005 o número de assassinatos no campo em que há um período de pico que coincide com ano de 1986, ou seja, 1985-86, quando pela primeira vez nesse país um governo - o governo Sarney - decidiu fazer um Plano Nacional de Reforma Agrária. Por causa deste I Plano Nacional de Reforma Agrária do Sarney os proprietários de terra se organizaram numa entidade, numa organização chamada União Democrática Ruralista (UDR) e passaram a praticar violência de todo o tipo contra os camponeses.

BRASIL - MORTOS EM CONFLITOS NO CAMPO - 1964 a 2005 (Número Total - Participação Regional)

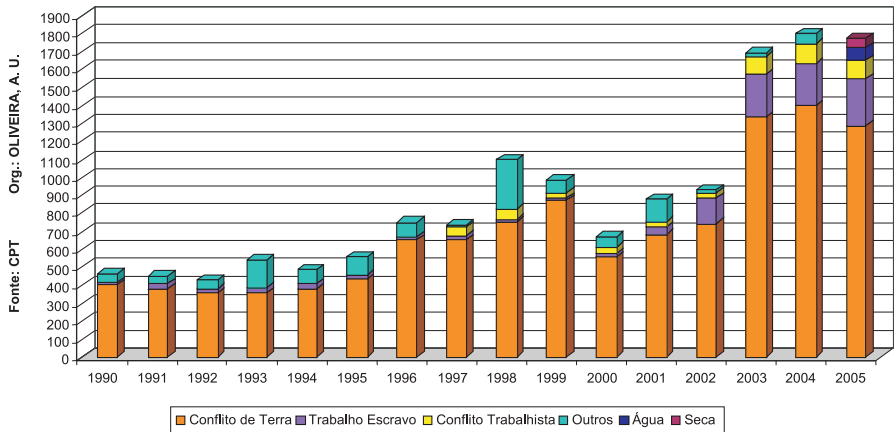


O I Plano Nacional de Reforma Agrária do Sarney dizia que iria assentar 1.400.000 famílias. Depois de cinco anos de governo foram assentadas menos de 100.000 famílias. O Sarney mandou elaborar o I Plano Nacional de Reforma Agrária porque foi um compromisso que Tancredo Neves assumiu com o papa. Mas, o Sarney é um dos maiores grileiros de terra do estado do Maranhão. É estranho para um grileiro de terra fazer um Plano Nacional de Reforma Agrária.

A década de 1990 é a do neoliberalismo, do Estado mínimo e os conflitos, as ações dos movimentos organizados, se aceleram. Há uma redução nos números dos conflitos no ano de 2000, pois foi no período do Fernando Henrique em que ele decidiu fazer uma perseguição total e absoluta ao MST, sobretudo usando para isso a mídia e instituindo um conjunto de leis que limitaram a ação política dos movimentos sociais. A principal lei foi uma medida provisória de que aquelas pessoas flagradas ocupando terra perderiam o direito à reforma agrária. Embora a Constituição, que é a lei maior, diga que se a terra é improdutiva tem que ser vistoriada, o Fernando Henrique se achou acima da Constituição e fez essa medida provisória.

Aqui estão os dados dos conflitos do campo de 1990 a 2005.

BRASIL - CONFLITOS NO CAMPO - 1.990 a 2.005



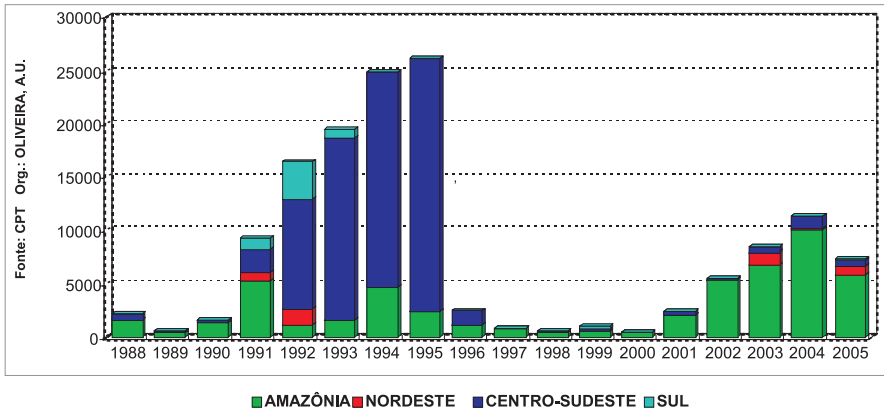
Verifica-se que de 2000 em diante aumentou a violência nos conflitos por terra e não basta termos assistido Curumbiara/RO e Eldorado dos Carajás/PA. Em 2003, houve um pico de inúmeros assassinatos que chegou acima de 70 mortes no ano. Estas mortes, os assassinatos no passado, no governo Sarney e Collor nas décadas de 1980/90 vão se concentrar na chamada região do Bico do Papagaio. No governo Itamar as vozes do conflito de terra não muda muito o cenário e no governo Fernando Henrique também não vai mudar, exceto, evidentemente, em situações de violência como no Espírito Santo, na Zona da Mata e em Rondônia.

Nos episódios de violência como em Corumbiara e Eldorado dos Carajás a violência, além do conflito por assassinato, há também a presença do chamado trabalho escravo. Genericamente é denominado de trabalho escravo, mas conceitualmente é a Peonagem, ou seja, quando é cerceada a liberdade do trabalhador. O trabalho escravo ocorreu no período de 1991 a 1995, sobretudo na área de produção de carvão no Mato Grosso do Sul e Amazônia. Mas há também em Minas Gerais, em São Paulo, enfim, em outros Estados que não só na Amazônia. Portanto, o Brasil ainda convive com o trabalho escravo.

Trabalho escravo não é apenas desrespeito à legislação trabalhista. A terra onde ele ocorre deve ser desapropriada para a reforma agrária. Discute-se no Congresso Nacional uma lei para dar amparo a esse princípio que a constituição claramente expressa. Mas, por outro lado, há inclusive juristas que põe a seguinte questão: o que tem que ser desapropriada é a propriedade inteira ou só a parte na qual ocorreu o trabalho escravo? Isto é uma brincadeira, uma brincadeira de mau gosto.

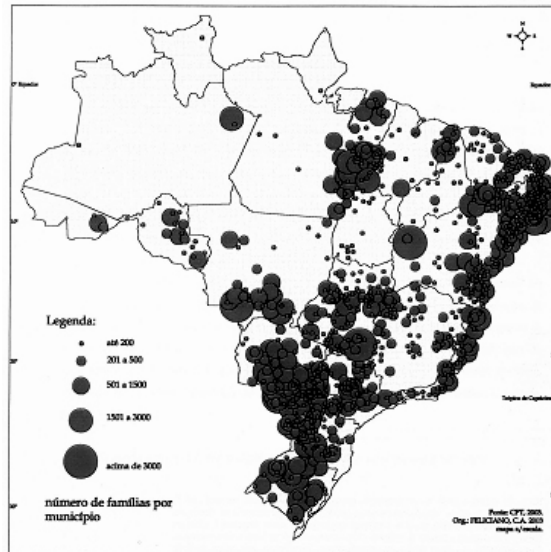
BRASIL - PEONAGEM ("TRABALHO ESCRAVO") - 1988 a 2005

(Número de Pessoas - Participação Regional)



A luta pela terra ocorre também por meio de ocupações de terra. Em alguns Estados as ocupações ocorreram mesmo no fim da década de 1970, mas é na década de 1980 que ela passa a ocorrer de forma mais presente. Na década de 1990, sobretudo de 1995 em diante será o período de maior presença das ocupações de terra feitas pelos movimentos sociais como estratégia para poder ter acesso à reforma agrária. O MST, porque se organizou quase no país inteiro e começou a travar uma luta pelo acesso à terra por meio das ocupações; não é visto com bons olhos pelas elites.

Geografia das ocupações de terras Brasil - 1995 a 2002

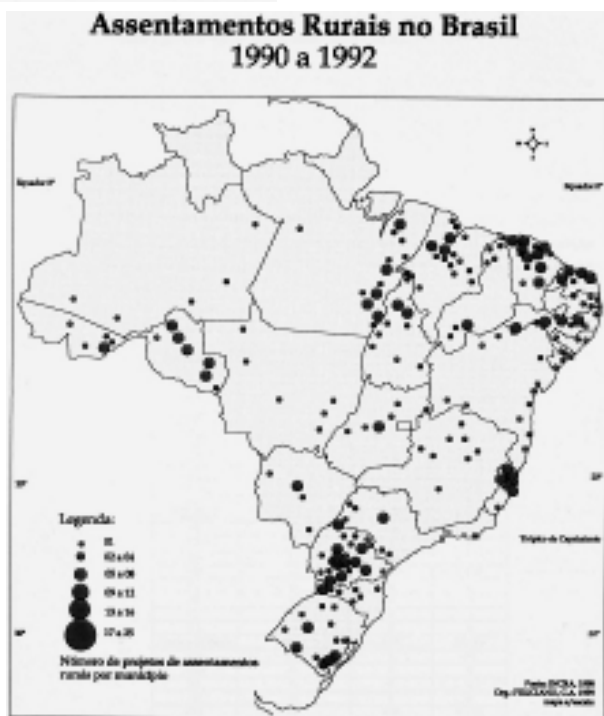


FONTES: CPT (2002); FELICIANO, Carlos Alberto (2003).

Mas, como o Estado respondeu? Então vamos ver nos mapas a seguir como foi a reforma agrária a partir de 1985 e os assentamentos realizados. Aliás, boa parte destes mapas está no livro que acabou de ser lançado na Bienal do Livro em São Paulo, do nosso querido Carlos Alberto Feliciano que se chama "Movimento Rebelde Camponês".

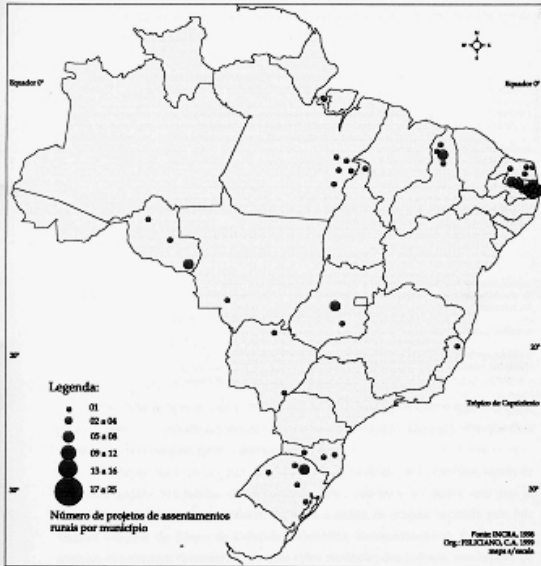


FORTE: CPT (2002);
FELICIANO, Carlos Alberto
(2003).



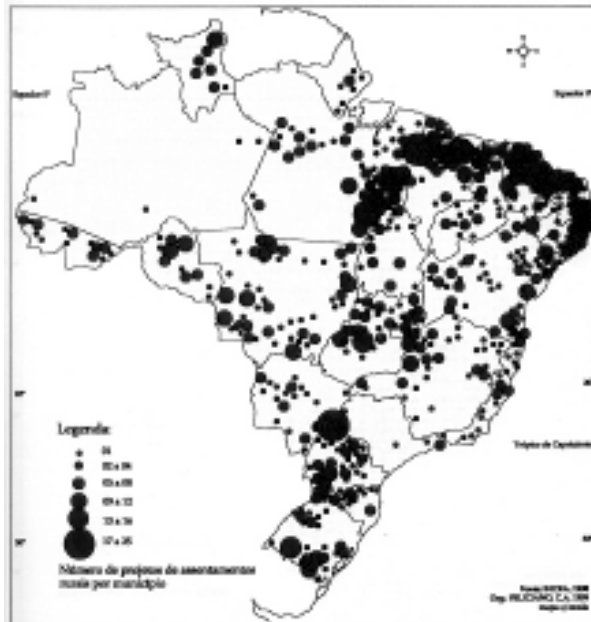
FORTE: CPT (2002);
FELICIANO, Carlos Alberto
(2003).

**Assentamentos Rurais no Brasil
1993 a 1994**



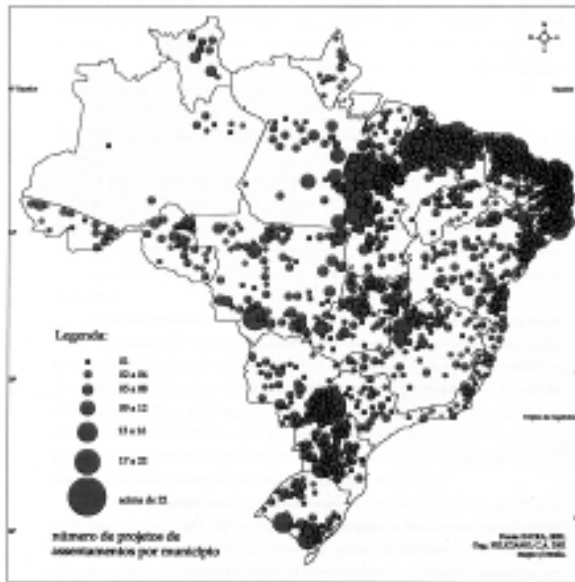
FORNTE: CPT (2002);
FELICIANO, Carlos Alberto
(2003).

**Assentamentos Rurais no Brasil
1995 a 1998**



FORNTE: CPT (2002);
FELICIANO, Carlos Alberto
(2003).

Assentamentos Rurais no Brasil 1995/julho 2001



FONTE: CPT (2002);
FELICIANO, Carlos Alberto
(2003).

Considerando a pressão do MST, sobretudo depois da marcha a Brasília, um ano depois do episódio de Eldorado dos Carajás, FHC traçou uma ação política no sentido de dividir o esforço daqueles que reivindicavam terra. E nesse sentido ele passou a atuar mais do ponto de interesse da CONTAG (Confederação dos Trabalhadores na Agricultura) e as Federações daquilo que denomino de pólo sindical, ou seja, apoiando ações de trabalhadores e sindicatos. Chegou ainda a investir e dar dinheiro para surgir novos movimentos sociais, por exemplo, o MAST (Movimento dos Agricultores Sem-terra), que é um movimento social que nasce por ação da política do PSDB.

Outros movimentos também nasceram em função dessa ação do PSDB. O FHC foi em direção ao pólo sindical e com apoio do Banco Mundial criou a chamada "Reforma Agrária de Mercado" que na realidade deveria ser chamada de Contra-Reforma Agrária. Nesta "Reforma Agrária" o acesso à terra é pela compra e isso dividiu os movimentos sociais. Esse processo ocorreu em alguns Estados como Santa Catarina e Ceará, apenas para pegarmos dois extremos, onde a maior parte dos assentamentos a terra é comprada.

Então no Estado de São Paulo você tem o MST, o MAST, a CUT, ou seja, uma central sindical que vai se tornar um movimento social de ocupação de terra. Esse envolvimento dos sindicatos vai acontecer principalmente nessa década de 2000. Hoje a maior parte dos acampamentos existentes no Brasil é controlada pelo chamado sistema sindical.

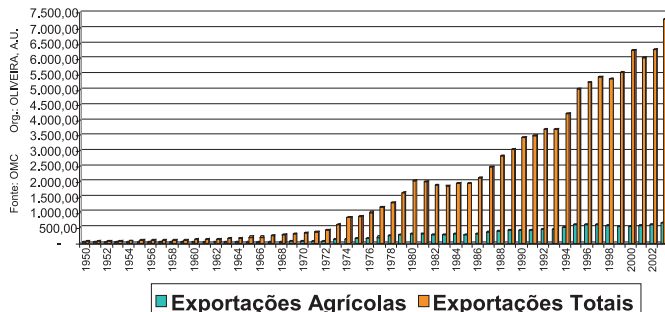
Essa política de divisão formulada pelo governo de FHC também foi centro e o eixo principal da política do governo Lula. O governo Lula vai agir desta mesma forma. Em 2003 preencheu os cargos do Ministério do Desenvolvimento Agrário, já que o Ministério vai ser entregue a democracia-socialista, uma das correntes do PT. A presidência do INCRA foi entregue ao Marcelo Resende que veio com a voz dos movimentos sociais e da Igreja. Para a Secretaria da Agricultura Familiar foi o Bianchini do Paraná, e a Secretaria de Desenvolvimento Territorial foi para a CONTAG. Assim, foi dividido o Ministério do Desenvolvimento Agrário entre o pólo sindical e os movimentos sociais.

Qual foi a primeira cabeça que o então ministro Rosseto pediu? A do Marcelo Resende, ou seja, tirou os movimentos sociais do núcleo do poder do Ministério do Desenvolvimento Agrário e a partir daí passou a formular uma política que chamaram de “Reforma Agrária de Qualidade”. Então, o cruel deste período é essa cisão, não só entre os movimentos sindicais, mas dos movimentos sindicais com os movimentos sociais e com os próprios movimentos sociais. Hoje há uma lista de mais de 64 instituições, organizações e movimentos que ocupam terra como meio e estratégia para acesso à Reforma Agrária.

Ainda sobre o governo FHC foi elaborado um programa especial para acabar com os movimentos sociais, ou seja, chamada Reforma Agrária do Correio. Não precisava mais ocupar terra, pois era só ir ao Correio que a porteira estava aberta. Era entrar e fazer a inscrição. Mas, alguém viu uma família ser assentada pela reforma agrária do correio? Se conhecer, me avisem que eu quero ir lá fazer uma entrevista e publicar um livro em homenagem, porque foi o maior engodo. É isso o que foi a reforma agrária virtual do FHC e do PSDB.

Então, qual a mudança que ocorre no início desta nova década e deste novo século? O endeusamento do agronegócio, agora como estratégia ideológica para impedir a reforma agrária. O agronegócio vem como sempre veio com toda a força, quando foi criando alguns mitos: um deles é o da participação internacional. O gráfico das exportações agrícolas indica quanto ela é ridícula. Além disso, nenhum país do mundo galgou desenvolvimento econômico pela agricultura, pois há uma queda histórica nos preços dos produtos agrícolas destinados ao mercado internacional.

MUNDO - EXPORTAÇÕES - 1950/2003
(bilhões US\$)



Mesmo a soja, a leguminosa que toma conta do Estado do Paraná, parte do Rio Grande do Sul, Mato Grosso e de outras partes do Brasil. Colocaram na cabeça de todo mundo que a soja é a coisa mais importante do mundo, mas dentre as principais *commodities* do comércio mundial (milho, arroz, trigo) não aparece. Só a produção de milho, para tomar um exemplo, ultrapassa a casa dos 600 milhões de toneladas. Já a produção mundial de soja em 2003 não chegava a 200 milhões de toneladas!

Outro mito do agronegócio é o PIB (Produto Interno Bruto) é a coisa mais importante do país. Verifica-se que a participação do agronegócio brasileiro no mercado mundial é bem pequena se comparada com a dos EUA, França e Holanda, por exemplo. O que os estudiosos que apóiam os latifundiários deste país fizeram? Montaram uma proposta estatística, e agregaram ao valor dos produtos agrícolas um valor industrial do processamento do produto agrícola e vendem o pacote como sendo uma coisa da agricultura. Na realidade teríamos que separar estatisticamente o que é da indústria (beneficiamento) e o produto in natura.

Mas, de qualquer maneira o início do governo Lula foi marcado por saldos comerciais significativos e aí vem à mídia e diz: o responsável é o agronegócio. Por outro lado, não é considerada a importação como computado as máquinas que constroem, por exemplo, os frigoríficos. Isso não conta.

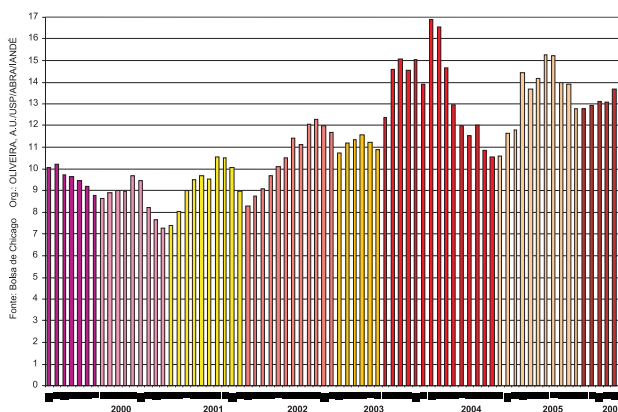
O saldo da balança comercial brasileira do governo Lula foi bastante expressivo. Em 2003 a posição do Brasil no mercado mundial do agronegócio ficou em 7º lugar. Mas, em 1984 tinha ficado em 4º lugar.

Ano	1965	1970	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2003
Ranking	7º	5º	5º	5º	5º	10º	8º	12º	7º
%	2,5	3,0	3,2	3,1	3,6	2,1	3,0	2,3	3,1

FONTE: MIDIC; Org. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de.

Outro mito; estão contando para gente que tem que mexer no câmbio. É a primeira vez que eu vejo alguém achar ruim que o dinheiro de seu país se valorize. Os representantes do agronegócio dizem que isso é ruim. Será que é verdade que os produtores de soja estão recebendo pouco? Vejamos os dados:

SOJA - PREÇO SACA 60KG (US\$)

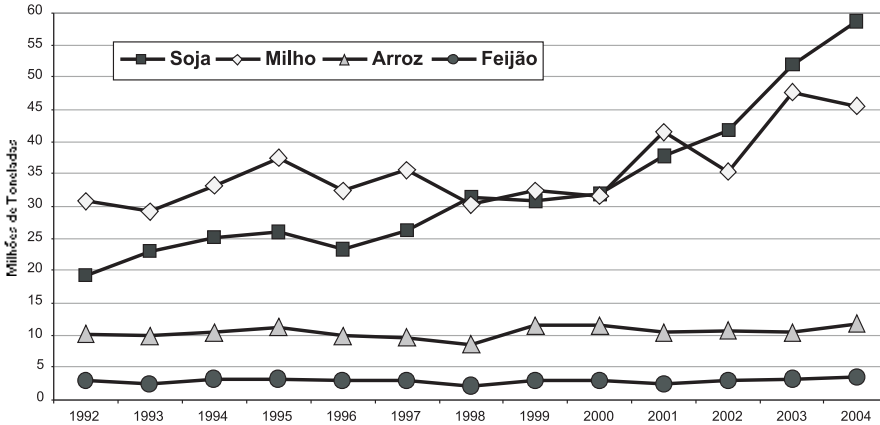


FONTE: Bolsa de Chicago; Org.: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de.

Verifica-se que nunca se recebeu uma quantidade em dólar como está recebendo, exceto em 2004 quando teve o maior pico do preço da soja na bolsa de Chicago. Então, os produtores não estão recebendo pouco pela soja. E o que fez o governo Lula? Encheu a burra dos homens do agronegócio de dinheiro de novo, para nova safra. E o que é pior, refinanciou dívidas, inclusive aquelas que o FHC já tinha refinanciado em 1996.

E ainda, eles vão para os Fóruns Internacionais dizer que aqui não tem subsídios. Como não? Tudo está financiado. E a securitização do FHC, quando é que eles vão terminar de pagar? Em 2020? A consequência disso, da expansão desenfreada da soja de 1990 em diante é que enquanto cresce a produção de soja, a produção de arroz e feijão não aumenta. A área das lavouras do Brasil ocupa uma superfície de apenas 60 milhões de hectares, sendo que 20 milhões, ou seja, 1/3 é soja. Daí vem a cana e o eucalipto e se chega perto do total (60 milhões). Isso que dizer menos comida disponível para ser adquirida pela população.

BRASIL - PRODUÇÃO ALIMENTOS



Fonte: MAPA

Org.: OLIVEIRA, A.U.

Este é o lado que não se mostra do agronegócio, pois se verificarmos a pauta de importação do Brasil vamos encontrar arroz, feijão e leite em pó. Isso quer dizer que não há nem soberania, muita menos segurança alimentar. Mas quem é que produz no campo? Se diz que quem produz é o grande. Mas, não é. Vejamos os dados:

BRASIL – DISTRIBUIÇÃO DOS PLANTÉIS

Rebanho	PEQUENA	MÉDIA	GRANDE
Bovinos	37,7	40,5	21,8
Bubalinos (búfalos)	24,6	44,5	30,9
Eqüinos	59,2	31,3	9,5
Asininos	87,1	11,3	1,6
Muares	63,0	25,3	11,7
Caprinos	78,1	19,2	2,5
Coelhos	93,1	6,4	0,5
Suínos	87,1	11,0	1,7
Ovinos	55,5	35,7	8,8
Aves	87,7	11,5	0,8

Fonte: Censo Agropecuário 1995/6 - Org: Oliveira, A.U.

BRASIL – DISTRIBUIÇÃO DO VOLUME DE PRODUÇÃO – LAVOURAS TEMPORÁRIAS

Produtos	PEQUENA	MÉDIA	GRANDE
Algodão (herbáceo)	55,1	29,9	15,0
Arroz (em casca)	38,9	42,7	18,4
Batata-inglesa(1ª safra)	74,0	20,7	5,3
Batata-inglesa(2ª safra)	76,7	20,9	2,4
Cana-de-açúcar	19,8	47,1	33,1
Feijão (1ª,2ª e 3ª safras)	78,5	16,9	4,6
Fumo em folha	99,5	0,5	Zero
Mandioca	91,9	7,3	0,8
Milho em grão	54,4	34,8	10,8
Soja em grão	34,4	43,7	21,9%
Tomate	76,4	18,5	5,1
Trigo em grão	60,6	35,2	4,2

Fonte: Censo Agropecuário 1995/6 - Org: Oliveira, A.U.

BRASIL – DISTRIBUIÇÃO DO VOLUME DE PRODUÇÃO – LAVOURAS PERMANENTES

Produtos	PEQUENA	MÉDIA	GRANDE
Ágave (fibra)	73,4	23,7	2,9
Algodão (arbóreo)	75,9	20,1	4,0
Banana	85,4	13,6	1,0
Cacau (amêndoas)	75,4	23,7	0,9
Café (em coco)	70,4	27,9	1,7
Caju (castanha)	71,8	15,0	13,2
Chá-da-Índia	47,3	52,7	Zero
Coco-da-baía	67,0	19,9	13,1
Guaraná	92,2	7,5	0,3
Laranja	51,0	38,1	10,9

continua ...

... continuação

Produtos	PEQUENA	MÉDIA	GRANDE
Maçã	35,4	32,3	32,3
Mamão	60,1	35,1	4,8
Pimenta-do-reino	72,6	23,1	4,3
Uva (para mesa)	87,8	9,1	3,1
Uva (para vinho)	97,0	3,0	zero

Fonte: Censo Agropecuário 1995/6 - Org: Oliveira, A.U.

E os postos de trabalhos criados, quem mais emprega no campo? A pequena unidade, 14 milhões de pessoas. A grande unidade, 421 mil pessoas empregadas no Brasil. Vemos que quem gera emprego no campo é a pequena unidade. E a tecnologia? Pelos dados a seguir é possível verificar que a maior parte dos tratores, colheitadeiras, etc. estão nas pequenas unidades.

EMPREGOS GERADOS NO CAMPO (1995-1996)

PESSOAL OCUPADO	PEQUENA		MÉDIA		GRANDE	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Total	14.444.779	86,6	1.821.026	10,9	421.388	2,5
Familiar	12.956.214	95,5	565.761	4,2	45.208	0,3
Assal. total	994.508	40,3	1.124.356	45,5	351.942	14,2
A. permanente	861.508	46,8	729.009	39,7	248.591	13,5
A. temporário	133.001	72,8	395.347	21,6	103.351	5,6
Parceiros	238.643	82,4	45.137	15,6	5.877	2,0
Outra	255.414	71,0	85.772	23,9	18.361	5,1

FONTE:Censo agropecuário IBGE 1995-1996; Org.: OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de.

INDICADORES DE USO DA TECNOLOGIA NO CAMPO (1995-1996)

Estratos de área (ha)		% de uso de tratores	Nº de tratores em relação ao Nº de estabelecimentos	% de uso de fertilizantes	% de uso de agrotóxicos	% de uso de irrigação
Pequena	Menos de 10	2,4	1x37	30,8	50,0	5,4
	10-20	10,7	1x11	52,5	78,7	6,0
	20-50	16,0	1x5	46,6	81,2	6,1
	50-100	17,7	1x4	39,1	82,5	6,2
	Menos 100	7,7	1x10	38,1	63,4	5,7
	100-200	22,5	1x3	38,6	86,5	6,7
Menos 200	8,5	1x9	38,1	64,6	6,3	

continua ...

... continuação

Estratos de área (ha)		% de uso de tratores	Nº de tratores em relação ao Nº de estabelecimentos	% de uso de fertilizantes	% de uso de agrotóxicos	% de uso de irrigação
Média	200-500	36,5	2x3	43,6	92,9	8,3
	500-1000	50,8	4x3	44,6	95,0	9,2
	1000-2000	62,5	3x2	47,5	96,2	9,3
	200-2000	42,8	1x1	43,9	93,7	8,6
Grande	2000-5000	70,1	5x2	42,1	95,6	8,7
	5000-10000	76,5	4x1	37,8	94,9	7,9
	10000 a mais	80,9	6x1	36,0	93,2	9,3
	2000 a mais	72,4	3x1	40,7	95,2	8,7
Total		10,5	1x6	38,3	55,1	5,9

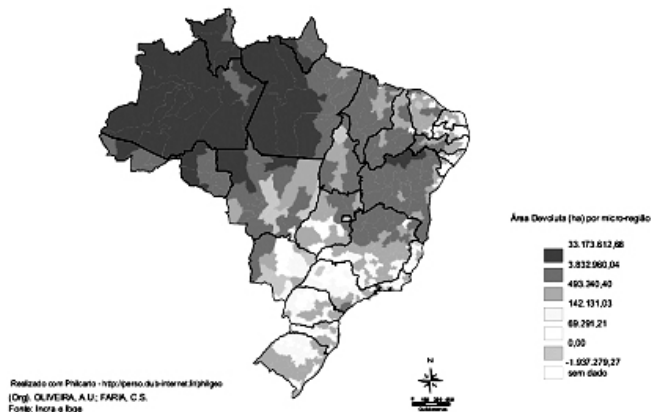
FONTE:Censo agropecuário IBGE 1995-1996; Org.: OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de.

Feitos estes apontamentos sobre o agronegócio e quem produz neste país, é necessário ainda destacar que a agricultura camponesa está relacionada à luta pela reforma agrária e os conflitos derivados dessa luta, em função das ocupações e acampamentos dos últimos anos (2001 a 2004). O número de conflitos cresceu como visto antes, mas caiu o número de acampamentos. A CPT acabou de divulgar para o ano de 2005, e caiu mais ainda. Isso ocorreu porque houve uma diminuição da luta no governo Lula e a reforma agrária não avançou embora o governo tivesse 172.000.000 hectares de terra que poderia ser distribuída. Mas, o governo diz que está fazendo os assentamentos.

O Brasil possui ao todo 850 milhões de hectares. A área cadastrada no INCRA possui 436 milhões de hectares; terras indígenas, 128 milhões hectares; as unidades de conservação ambiental, 102 milhões. As terras arrecadadas pelo INCRA, ou seja, de propriedade do INCRA somam 105 milhões de hectares e mais terras públicas (quatro milhões de hectares). Aí a conta não fecha e onde está o resto do país? O Brasil ainda tem 172 milhões de hectares de terra devoluta (terra devoluta é terra pública e não terra de ninguém).

Brasil - Terras Devolutas - 2003

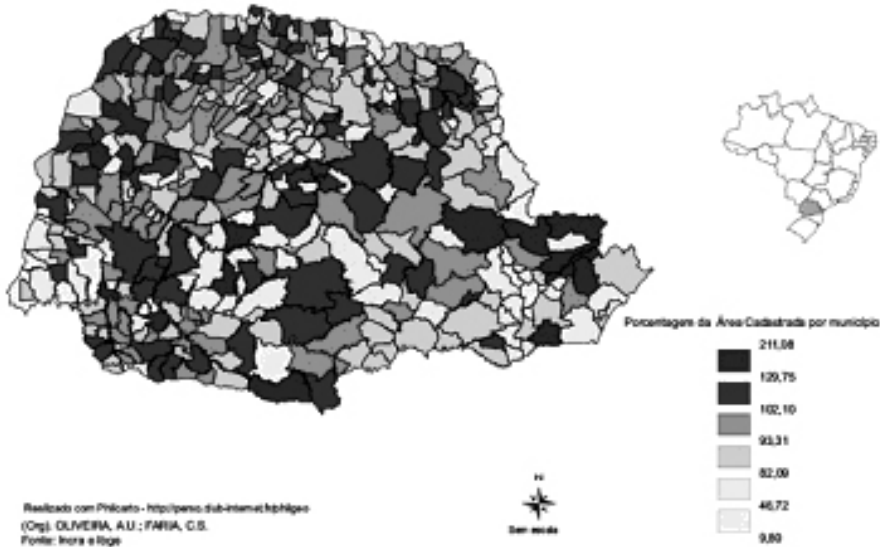
30



No Estado do Paraná existem 1.400.000 hectares de terras devolutas, saldo de 2003. No caso específico de Marechal Rondon não há terra devoluta porque a soma das propriedades é maior que a área do município. Somada a área que está no papel é maior do que a área que realmente existe. Isso porque o cadastro é declaratório e ninguém leva o documento no INCRA para provar.

Paraná - Terras Cadastradas - 2003

24

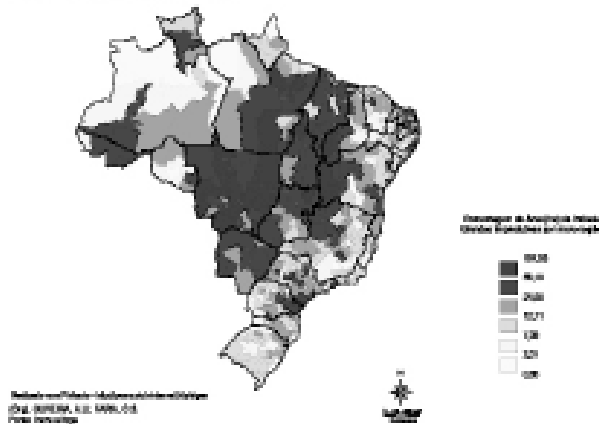


FONTE: INCRA e IBGE; Org.: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; FARIA, C. S.

Além das terras devolutas para a Reforma Agrária existem ainda as terras improdutivas. As maiores áreas improdutivas, evidentemente, estão na Amazônia e no Centro-Oeste. Na Amazônia é quase 100% terra devoluta. Mas, você vai lá e não vê um centímetro que alguém que diga que não é dono. No fim de 2004, juntamente com um grupo de cinco pesquisadores da Amazônia, a pedido do CNPq, fizemos uma viagem de Cuiabá à Santarém por terra para fazer uma avaliação sobre a pavimentação da estrada, que é uma reivindicação do “sojeiro” do Mato Grosso. No trecho paraense, antes de Castelo dos Sonhos, um distrito de Altamira, registramos no GPS uma área cercada de 40 quilômetros de testa na rodovia. Havia uma placa, de um paranaense, apresentador do mundo cão da televisão brasileira. Era uma placa dizendo: “em breve, frigorífico avícola”. Justamente lá em Castelo dos Sonhos, onde as únicas aves que passam são as araras maravilhosas, os papagaios maravilhosos. Veio um cidadão e disse: “não, isso daqui tudo é do Ratinho”. Entrou para galeria dos grileiros de terra?

Ainda sobre as terras aptas para a reforma agrária, 54.000 imóveis foram classificados como grandes e ocupam uma área de 120.000.000 hectares de terras improdutivas. São 172.000.000 hectares devolutos, mais 120.000.000 improdutivas que estão distribuídas por todo o país. Isso só considerando as grandes. As médias e as pequenas propriedades quando improdutivas podem desapropriar se o proprietário tiver uma só propriedade.

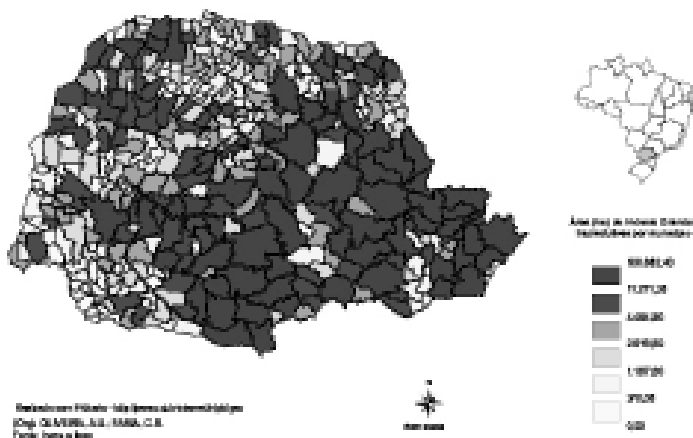
Brasil - Terras Improdutivas - 2003



FONTE: INCRA e IBGE; Org.: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; FÁRIA, C. S.

No Paraná, que é o celeiro do Brasil como disse a Flaviana, há o discurso de que não tem terra para fazer reforma agrária.

Paraná - Terras Improdutivas - 2003



FONTE: INCRA e IBGE; Org.: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; FÁRIA, C. S.

Para a reforma agrária no governo Lula há muita terra. Então, o que é reforma agrária? Reforma agrária pela legislação brasileira é o ato desapropriatório das terras que não cumprem a função social. Isso que é a reforma agrária. Tomar terra pública da Amazônia e assentar sem-terra não é reforma agrária, é colonização. Se eu vou regularizar terra de posseiro, isso é regularização fundiária, não é reforma agrária. Reforma agrária é desapropriação com pagamento de títulos da dívida agrária daquela terra que não cumpre a função social. No Paraná está ocorrendo a desapropriação paga em dinheiro, como a Araupel. É isso que mais o proprietário quer - dinheiro no bolso!

Depois de três meses trabalhando em 2003, terminamos o II Plano Nacional de Reforma Agrária que foi entregue ao Ministro Rosseto para repassar ao Lula. Nossa proposta era para assentar 1.000.000 de famílias em quatro anos. O ministro disse: “1.000.000 é muito”, sem mesmo perguntar se tinha terra disse: “é muito”. O que aconteceu? “Plano Rosseto” ficou com 400.000 famílias para ser assentadas em quatro anos. O crédito fundiário que é a contra-reforma agrária do Banco Mundial mais 500.000 famílias somadas à 127.500.

O que fez o Rosseto em 2005? Divulgou os dados de regularização fundiária, reordenamento fundiário e reassentamento e disse que isso era Reforma Agrária. O “Plano do Rosseto” foi dividido em 30.000 no primeiro ano (2003), 115.000 no segundo (2004), 115.000 no terceiro (2005) e 140.000 no último ano (2006).

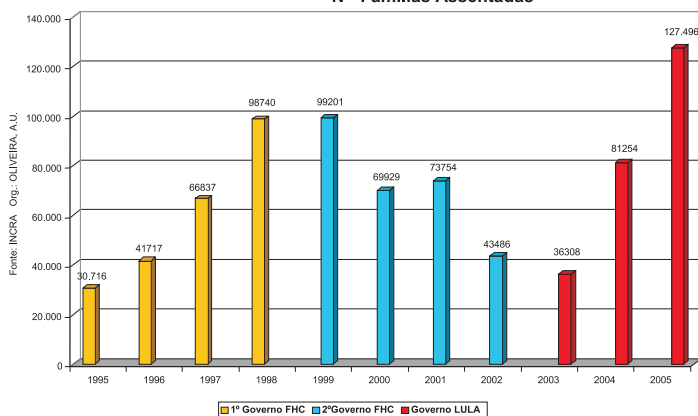
METAS DO SEGUNDO PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA (2003-2007)

Metas	2003	2004	2005	2006	Total
Assentamentos	30.000	115.000	115.000	140.000	400.000
Regular. fundiária	0	150.000	150.000	200.000	500.000
Crédito fundiário	15.000	37.500	37.500	37.500	127.500
Fam. beneficiadas	45.000	302.500	302.500	377.500	1.270.500
Ocupações (postos criados)	135.000	607.500	607.500	732.500	2.082.500

FONTE: MDA; Org.: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de.

Parece que o Lula fez a maior reforma agrária do mundo e se diz que diminuiram os acampamentos em todo o Brasil. Essa reforma agrária não é verdade. Assim, é possível comparar os dados das famílias assentadas. Em 2003, 36.000 famílias; a meta eram 30.000 famílias temos um saldo positivo de 6.000 famílias. Em 2004, a meta eram 115.000 famílias, e se assentaram 81.000 famílias. Em 2005, a meta era 115.000, diz que assentou 127.000. Em 2006, 154.000 famílias assentadas e assim as metas do plano seriam cumpridas.

BRASIL - REFORMA AGRÁRIA
Nº Famílias Assentadas



FONTE: INCRA; Org.: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de.

Este que é o problema, pois é necessário mexer nesses números para ver se é verdade, ou seja, se o que o INCRA estava dizendo era verdade ou não. O Bernardo Mançano, no NERA, fez o que chama de “expurgo” dos números do INCRA, para conferir se de fato existia assentamento ou não. Verificamos que aí havia alguma coisa estranha.

FAMÍLIAS ASSENTADAS (2004)

Ano de criação do assentamento	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Total	Porcentagem
Até 1984	91	116	666	684	1.557	1,92
1985-1994	629	1.238	2.567	2.847	7.281	8,97
1995-2002	5.740	6.438	9.420	15.308	35.906	45,46
Subtotal	6.460	7.792	12.653	18.839	45.744	56,35
2003	1.276	3.637	3.496	1.296	9.705	11,95
2004	567	1.987	4.559	18.622	25.735	31,7
Subtotal	1.843	5.624	8.055	19.918	35.440	43,65
Total	8.303	13.416	20.708	38.757	81.184	100,00

FONTE: SDM. Sistema SIPRA. Relatório 0229. Data 31/01/2005.

O INCRA divulgou uma tabela e a gente viu que das 81.000 famílias assentadas em 2003 e 2004 só tinham 35.000! Que história é essa? Então, vamos ver como ficou: Em 2003 ao invés de 36.000, o número verdadeiro é de 12.000 famílias, o número de 2004 ao invés de 81.000 famílias, o número verdadeiro é de 40.000 famílias. E em 2005, 45.000 famílias. A máscara caiu de vez, pois o INCRA

chegou a colocar um projeto de colonização feito pelo Getúlio Vargas em 1942, como assentamento da reforma agrária do governo Lula! Em 1942, 934 famílias.

A sociedade fala: “não, mas o governo Lula reconheceu o direito daqueles colonos e eles puderam ter direito ao crédito do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar)”. Ninguém é contra que se faça isso, mas computar como reforma agrária é outra coisa?

No conjunto, é possível verificar então que somados as 22.000 famílias, mais as 40.000 famílias e mais os 45.000, o governo Lula não assentou até agora 100.000 famílias. Isso quer dizer que o governo Lula não quer fazer a reforma agrária. Nem tanto o Lula, ele enquanto pessoa. A equipe que ele botou no Ministério do Desenvolvimento Agrário não quer fazer a reforma agrária. Se lermos o que eles escrevem, chegar-se-á a conclusão que eles acham que a reforma agrária não é mais necessária e que reforma agrária é política compensatória. Não há que se fazer reforma agrária no Brasil naquele entendimento. Essa é a visão de José Graziano da Silva e de muitos intelectuais que estudam o campo e assessoram a política do Ministro Rosseto.

No caso do Rio Grande do Sul, 95% dos acampados em 2003 continuam acampados em 2006 - 95%! O único estado que zerou os acampamentos foi o Piauí. Assim a reforma agrária não se realiza. O pior é que se verificar a área desapropriada pelo governo Lula é menor do que o Fernando Henrique. Foi pequena a diferença, mas o FHC desapropriou mais terras do que no governo Lula. A desapropriação do governo Lula chegou a 1.900.000 hectares e a do Fernando Henrique 2.135.000 hectares.

Por isso, finalizo dizendo que os movimentos sociais não vão cessar as suas ações. Não resta alternativa para aqueles que nunca tiveram terra do que continuar lutando, porque só assim se garantirá à parcela sem-terra da sociedade, no futuro, o direito de uma vida melhor.

NOTAS

- ¹ Conferência proferida em 29/05/2006 na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de M.C. Rondon. A transcrição foi realizada por Djoni Roos, Erwin Marques, Leandro Daneluz Gonçalves, Gabriel Rodrigues da Silva e João Edmilson Fabrini.